

Estatuto das Estatais ameaça empresas públicas

Projeto de Lei 555/2015 do PSDB quer trazer de volta privatizações da década de 1990; movimento sindical se mobiliza

Desde meados de agosto uma nova ameaça às estatais brasileiras começou a tomar forma. Trata-se do Projeto de Lei do Senado (PLS) 555, ou Estatuto das Estatais. Ao adotar como premissa o modelo de Estado mínimo e a possibilidade de privatização, este PLS coloca em risco o caráter, a autonomia e o papel de empresas como a Caixa, Banco do Brasil, BNDES e Correios, entre outras.

Sem destaque na mídia e quase na surdina, o PLS já estaria em votação (ou votado) não fosse a reação do movimento sindical e de trabalhadores de algumas dessas empresas. Várias atividades foram realizadas em Brasília para tentar evitar que isso ocorresse. Apesar do êxito inicial na mobilização, o projeto continua na ordem do dia para ser votado em regime de urgência; ou seja, o risco permanece.

Acompanhe, nessa edição, as principais consequências que podem advir desse projeto, bem como as ações já ocorridas e em andamento para evitar sua aprovação.



Debate sobre o Estatuto das Estatais realizado em Brasília no dia 12 de novembro. Ato organizado pela Fenae com a participação de representantes de várias empresas públicas e as Centrais Sindicais CUT, CTB e Conlutas.

Histórico - Desde que foi promulgada a Constituição Federal de 1988 foram definidos limites de exploração de atividades econômicas pelo Estado, e apenas por lei específica pode ser constituída empresa pública ou sociedade de economia mista, ou ainda autorizada a criação de subsidiárias. Uma emenda constitucional passou a exigir que seja estabelecido, por lei, um estatuto jurídico próprio para as empresas estatais que exploram atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou serviços, mas essa lei até hoje não foi editada, o que abre espaço para que, de forma antidemocrática, regras equivocadas e que prejudicam o patrimônio dos brasileiros sejam aprovadas.

Quem são os autores do PLS 555 - O chamado Estatuto das Estatais é um substitutivo ao PL 167 de 2015, do senador Tasso Jereissati, e uma referência ao PLS 343, também deste ano, do senador Aécio Neves, ambos do PSDB.

O que ele estabelece (principais itens)

Sociedades anônimas: Sob pretexto da “transparência” na condução das estatais, o projeto traz em suas normas gerais a determinação de que “empresa pública e sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima”, colocando em pauta a possibilidade de um recomeço nas privatizações ocorridas nos anos 1990.

Abrangência: Toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as que exploram atividade econômica em sentido estrito, as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União.

Governança: O Estatuto impõe as mesmas regras de governança e prevê normas de controle e gestão para estatais muito distintas em relação à porte, setor de atuação, tipo de atividade, ente da Federação a

que pertença e à possibilidade, inclusive, de ser transnacional como a Itaipu Binacional. Uma companhia municipal, por exemplo, seria regida pela mesma lei que a Petrobras.

Nos bancos: Os únicos bancos que ainda não são S.A. são a Caixa e o BNDES, mas pelo PLS assim o seriam, pois estabelece que “a empresa pública e a sociedade de economia mista serão constituídas sob a forma de sociedade anônima e, ressalvado o disposto nesta Lei, ficarão sujeitas ao regime previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976”. Embora de economia mista, o Banco do Brasil também seria atingido pela lei.

Na representação: O PLS 555 prevê a representação dos trabalhadores no Conselho de Administração das empresas, mas faz restrições sérias a sua atuação, tornando inviável uma atuação representativa dos interesses dos trabalhadores. Impedir, por exemplo, que dirigentes sindicais, filiados a partidos políticos e ocupantes de cargos em comissão do Poder Executivo participem dos CAs.

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Trabalhadores e entidades vão intensificar esforços contra o Estatuto das Estatais

Durante debate em Brasília especialista apontou falhas no projeto (PLS 555); novas audiências estão previstas

Foi realizado na última quinta (12), em Brasília, debate sobre o Estatuto das Estatais, o PLS 555/2015. Organizado pela Fenae, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), da CSP Conlutas, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf), da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Federação Nacional dos Portuários, o encontro contou com especialistas como Luiz Alberto dos Santos, que fez um raio-x do projeto.

Santos, que atua na área de Políticas Públicas e Gestão Governamental, afirmou que o PLS tem vários problemas. Um deles é que é de autoria do Congresso Nacional. Segundo a Constituição, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que dispõem sobre criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública. Segundo ele, a proposta também tem definições muito superficiais sobre a função social das estatais e limitações excessivas quanto aos tipos societários.

A representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa e diretora do Sindicato, Maria Rita Serrano, também participou do evento. Ela rebateu o argumento de que o problema das empresas públicas é de governança. “Estão usando de oportunismo para reintroduzir o modelo do Estado Mínimo. O que dizer dos escândalos de repercussão internacional do HSBC? E da Volks? Lamentamos o deputado Arthur Maia e o senador Tasso Jereissati não estarem aqui para debater com os trabalhadores, mas debaterem com empresários. Se não houver mobilização, o projeto vai passar, pois temos um Congresso conservador, grandes interesses do capital e a convivência forte da mídia”, apontou.

“Queremos debater o projeto, pois trata-se de uma grande ameaça à Caixa, ao BNDES, à Petrobras, aos Correios e a outras empresas públicas federais, estaduais e municipais. Graças à nossa mobilização inicial, evitamos a votação em regime de urgência. É preciso, no entanto, intensificar os esforços contra a proposta”, reforçou o presidente da Fenae, Jair Pedro

Ferreira.

A mobilização continua - Trabalhadores de empresas públicas têm intensificado a mobilização para evitar a aprovação do PLS 555. Em 21 de setembro, a Fenae promoveu o Ato em Defesa das Estatais. No dia seguinte, o projeto foi debatido em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. Em 23 de outubro, houve reunião com o ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rosseto, em São Paulo (SP). Novas audiências com representantes do governo também devem ocorrer nos próximos dias.

Histórico – A luta contra o PLS 555 teve início há pouco mais de um mês, e nesse curto período várias iniciativas foram realizadas, como ato público em Brasília e encontros com parlamentares e representantes do governo, caso dos senadores Paulo Paim (com quem foi realizada audiência pública) e Delcídio do Amaral, ambos do PT, além do diretor do Departamento de Controle e Governança das Empresas Estatais (DEST), Murilo Barella.

O Sindicato dos Bancários do ABC também publicou edições especiais de seu jornal, Notícias Bancárias sobre as ameaças presentes no PLS 555. O projeto, criado por comissão mista presidida pelo senador Jereissati, incorpora propostas que já se encontravam em tramitação no Senado, como o substitutivo ao PLS 167/2015, do próprio Jereissati, o PLS 343/2015, de Aécio Neves (PSDB) e o anteprojeto apresentado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros.

Leia, abaixo, as avaliações de outros participantes:

“O que está em jogo é uma concepção de Estado, se ele vai estar a serviço da população brasileira ou da lógica privatista dos tempos de FHC”. Deputada federal Erika Kokay (PT-DF)

“É preciso dizer não às privatizações que lesam o povo brasileiro. Acredito que o mais importante agora é garantir a retirada da urgência no processo de tramitação do projeto”. Valeir Ertle, secretário de Assuntos Jurídicos da CUT



Maria Rita Serrano durante o debate sobre o Estatuto das Estatais realizado em Brasília no dia 12 de novembro.

“O maior acidente ambiental do Brasil, que aconteceu agora em Minas Gerais, é o resultado das privatizações do governo FHC e da gestão de empresas que visam apenas o lucro”. João Antônio de Moraes, secretário de Relações Internacionais da FUP

“Temos que barrar mais esse retrocesso. A proposta do deputado Arthur Maia, o mesmo da terceirização, e do senador Tasso Jereissati, é um golpe contra as estatais. Precisamos dar um basta a esses jabutis colocados no Congresso para retomar propostas já derrotadas pela sociedade brasileira”. Emanuel Souza de Jesus, da CTB

“Foi nossa luta que impediu a abertura de capital da Caixa. Então, temos condições de frear mais essa tentativa de privatizar as estatais”. Carlos de Souza, secretário geral da Contraf-CUT

“A saída da crise não é o aprofundamento da agenda neoliberal”. Wilson Ribeiro, da CSP-Conlutas

“É fundamental garantir o papel social das estatais”. Eduardo Guterra, presidente da Federação Nacional dos Portuários.

Participe: envie e-mail aos senadores e deputados para defender as empresas públicas brasileiras.

Ações para barrar a privatização prevista no PLS

Inclusão de emendas – A mobilização das entidades associativas e sindicais resultou na elaboração de duas emendas ao projeto: a retirada da Caixa e do BNDES do PLS 555, e do artigo 5º, que dispõe sobre as sociedades anônimas. Essas emendas são de autoria dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Mobilização sindical – Articulação de uma frente ampla de lideranças sindicais e associativas com representantes de várias empresas públicas.

Articulação com governo e parlamentares – Novas audiências com ministros e parlamentares estão sendo agendadas, como o do Planejamento, Nelson Barbosa, e o presidente do Senado, Renan Calheiros.